



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Território, Planejamento, Desenvolvimento e Conflito

**Geosocioeconomia da Região Imediata de Cornélio Procópio -
Bandeirantes, Paraná – do café ao empobrecimento**

Nilson Cesar Fraga¹
Heloisa Fernanda Muniz da Silva²
Victória Jandira Bueno³
Fabriccio Lucas Santos da Silva⁴

Resumo

O presente trabalho estuda os aspectos geográficos, sociais e econômicos da Região Imediata de Cornélio Procópio - Bandeirantes (RICPB), localizada no chamado Norte Pioneiro do estado do Paraná. São analisados dados coletados sobretudo no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir de sistema de disposição de informações para pesquisadores, a exemplo do SAGI, que permitem traçar um diagnóstico regional com informações sobre a população, os índices desenvolvimento humano, os de pobreza e as comparações necessárias das condições socioeconômicas dos 18 municípios que compõem a região. As análises são, metodologicamente, feitas desde a gênese do processo de formação socioespacial regional, permitindo avaliar o empobrecimento e as concentrações geoeconômicas, sobretudo, no município de Cornélio Procópio, que é polo regional juntamente com Bandeirantes.

Palavras-chave: Geoeconomia; Cornélio Procópio; Bandeirantes; Café; Pobreza

Abstract

The following paper studies the geographic, social, and economic aspects of the Immediate Region of Cornélio Procópio – Bandeirantes (RICPB), located in the so-called Pioneer North of the Paraná state. The data analyzed are mainly from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, through a researcher information disposal system, like SAGI for example, about the population, human development index, poverty, and the needed comparisons between the socioeconomics conditions in the 18 cities that compose the region. These analyzes are, methodologically made from the genesis of the social-spatial regional formation process,

¹ Pesquisador do CNPq/PQ. Geógrafo. Professor no Curso de Geografia na Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL. Professor no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. E-mail: ncfraga@uel.br

² Bolsita de Iniciação Científica pelo CNPq. Estudante do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: heloisa.munizz@uel.br

³ Bolsita de Iniciação Científica pela Fundação Araucária no Programa Institucional de Apoio à Social, pesquisa e Extensão Universitária – PIBIS/FA. Estudante do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: victoria.bueno@uel.br

⁴ Bolsita de Iniciação Científica pela Fundação Araucária. Estudante do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: fabriccio.lucas@uel.br



enabling us to evaluate the impoverishment and the geosocioeconomical concentrations, especially, in the city of Cornélio Procópio, the regional pole, alongside Bandeirantes.

Keywords: geoeconomy; Cornélio Procópio; Bandeirantes; Coffee; poverty

INTRODUÇÃO: A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL REGIONAL

O presente estudo versa a Região Imediata de Cornélio Procópio - Bandeirantes, definida desta forma a partir da divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, quando passa a adotar essa nomenclatura, pois entre 1989 e 2017, o IBGE adotou as Mesorregiões e Microrregiões como a divisão geográfica do país, sendo agora tratadas a partir da revisão da divisão regional brasileira por recortes por meio de regiões geográficas intermediárias e imediatas.

Metodologicamente foram tratados dados secundários adquiridos juntos as plataformas de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principalmente no SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática, além de banco de teses e dissertações, além de livros e artigos sobre a formação socioespacial da Região Imediata de Santo Antônio da Platina.

O processo reocupação e/ou reterritorialização do Norte Pioneiro, ou Norte Velho como também ficou conhecido com o avanço do processo avanço sobre as terras regionais, acontece somente a partir de meados do século XIX, e sua denominação, quase autoexplicativa (pioneiro ou velho), remete a condição de precursor, do ponto de vista da dita frente pioneira que avança para o Sul, no decorrer do processo de formação socioespacial.

O trabalho em questão versa sobre os eventos que moldam a configuração identitária desse povo, partindo do interesse que moveu os grandes latifundiários do café para as “terras roxas”, ultrapassando os limites territoriais paulistas e se estabelecendo na porção nordeste paranaense, ao se considerar a própria posição da capital.

Há, ainda, que se considerar os resquícios da memória dos povoados autóctones, no que concerne a discussão sobre a tentativa de sucateamento da existência e dos costumes indígenas, negros, caboclos, quilombolas, dentre outros grupos humanos, em detrimento da supervalorização da cultura europeia que adentrou a região a partir das frentes de migração que invisibilizou as territorialidades pretéritas regionais.

Nelson Tomazi (1997) direciona uma crítica específica as definições de Norte Velho, Novo e Novíssimo, pois acredita que a mesma seja uma maneira de amenizar a (re)ocupação do território e sua gênese excludente com a população autóctone (como os Caingangues e Xetás), tratando essas subdivisões como uma fusão do imaginário elitista e governamental, implantado desde a terminologia aderida para dividir a região paranaense, condição que



outrora foi suficiente para que os colonizadores definissem o lugar como “vazio demográfico”, objetivando justificar as colonizações. Até mesmo a definição de “Norte Velho” remete, propositalmente, a “República Velha”. O atual Paraná, foi a 5ª Comarca de São Paulo, chamada de Quinta Comarca de Curitiba e, depois, de Curitiba e Paranaguá, apenas em 1853 foi elevada a condição de Província e, estado a partir da instalação da República, enquanto que a nomeada região do Norte Velho ou Norte Pioneiro do Paraná, no século XX, após a reocupação. (WACHOWICZ, 2001; TOMAZI, 1997; TANNO, 2015).

Somente a partir da emancipação política do Paraná e que inicia oficialmente um processo massivo de imigração proveniente da Europa (principalmente eslavos), pois conta da necessária reorganização da nova província, o processo migratório efetivo começa em densidade depois da década de 1870, quando polacos da colônia Príncipe Dom Pedro, são transmigrado de Brusque para a região de Curitiba – as colônias ocidentais europeias são pequenas e fragmentadas, ocorrendo a partir de 1829, na região de Rio Negro, ao Sul da capital, mas são pouco expressivas se comparada com outras região de migração sulista.

Dentre os fatores que culminaram com a migração para o Norte Pioneiro, pode-se destacar: Wachowicz (2001) pontua o declínio econômico mineiro pós-1840, enquanto Pierre Monbeig (1984) sinaliza que a migração advinda de Minas Gerais foi consequência da Guerra do Paraguai. Nesse período, há uma movimentação econômica crescente da indústria madeireira, graças às construções de ferrovias, acrescidas da produção cafeeira abundante, possível por conta da fertilidade do solo da região. Caio Prado Júnior (1942), autor da expressão “sentido da colonização”, termo cabível ao noroeste paranaense quando a região passa a ser integrante da logística capitalista do Brasil. Krishna Mendes Monteiro comenta que,

(...) o “sentido” da formação brasileira estaria ligado de maneira indissociável aos destinos das nações do continente europeu, aos avanços e retrocessos de sua política, cultura e economia. A própria descoberta e povoamento das terras que no futuro constituiriam o Brasil não representaria mais do que um capítulo na história da expansão ultramarina européia; (...) os territórios do sul, mesmo politicamente independentes, continuaram a orientar-se segundo as expansões e crises da economia do Velho Mundo.” (MONTEIRO, 2001).

O tempo de preponderância do café termina apenas em 1975, como sequela da geada negra, acarretando mudanças drásticas na configuração econômica do estado e, conseqüentemente, influenciando nas relações socioespaciais paranaenses, sendo parte do problema que culmina nos conflitos da região, diretamente ligados a insatisfação popular com a distribuição das terras, questões que escancaram o descaso governamental com os brasileiros, e os privilégios destinados aos estrangeiros, já que, desde a vinda dos cafezais para a região, cresce o interesse nacional dos investidores paulistas sobre o Paraná, pois além de férteis, as terras eram, sobretudo, mais baratas e propícias para a produção do café e aos loteamentos e vendas de terras



Do mesmo modo que a cafeicultura se expandiu, ela declinou, deixando atrás de si, riqueza e pobreza em todos os cantos da região em estudo. A década de 1970 inicia-se já sob a “sombra” do fantasma rondando a cafeicultura. O boom cafeeiro estava em decadência desde os meados dos anos 60, mas mesmo assim ainda era muito importante para o estado e região. Isso não significava o fim do discurso “Norte do Paraná” com todos aqueles elementos que o caracterizavam nos anos cinquenta. (TOMAZI, 1997)

Contemporaneamente a ascensão econômica, surgem as primeiras relações entre sitiantes, essenciais para a formação de núcleos urbanos. Desta forma, ao se comparar o histórico dos municípios da Região Imediata de Cornélio Procópio - Bandeirantes, de acordo com o IBGE (2022), em 1971, sua formação agroindustrial e conseqüentemente cultural tem influência semelhante: em maioria, decorrente de lavradores paulistas, mineira, dentre outros, da produção cafeeira que ultrapassou os limites dos estados, do loteamento de terras com a finalidade produtiva e de ocupação territorial. As figuras 1 e 2 permitem verificar o perímetro urbano de Cornélio Procópio e Bandeirantes.

Figura 1: Vista geral de Cornélio Procópio



Fonte: RIC Mais (2022)

Figura 2: Vista geral de Bandeirantes



Fonte: Folha de Londrina (2022)

O município de Cornélio Procópio, Norte do Paraná, se desenvolve economicamente com migração paulista, mineira, nordestina e nortista, mas majoritariamente paulista. As terras doadas pelo coronel, cujo nome é Cornélio Procópio, ao seu genro, Francisco Junqueira, resultaram no loteamento de terras:

A estação Cornélio Procópio foi aberta ao tráfego no dia 1º de dezembro de 1930. A razão do nome é apenas sentimental. O Coronel Cornélio Procópio era sogro de Francisco da Costa Junqueira e também seu tio, sendo pai de sua esposa, Mariana. A família aceitou a passagem dos trilhos da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná pelas suas terras com a condição das estações receberem o nome de Santa Mariana e de Cornélio Procópio, homenagem ao Coronel, que era falecido desde 1909. (LOPES; BRAGA, 2014, p. 28).



A chegada dos trilhos (estrada de ferro São Paulo-Paraná) e a criação da estação ferroviária (a qual leva o mesmo nome da cidade, em homenagem ao coronel) influencia diretamente numa nova onda de migração e imigração na região. O desenvolvimento desse povoado faz com que ele se torne Distrito Judiciário do município de Bandeirantes, este último que até o ano de 1920, era tido como *sertão bruto*, sendo habitado, por indígenas Kaingang em coexistência com caboclos. Conforme a P. M. Bandeirantes (2022) o primeiro explorador oficial do território municipal foi o engenheiro Carlos Borromei, a quem se deve a divisão das terras que viriam a formar os municípios de Bandeirantes e Cornélio Procópio.

TERRITÓRIOS QUE SE FORMAM NO NORTE PIONEIRO A PARTIR DO PODER DO CAFÉ

Haesbaert (2005, p.91), ao definir o território enquanto *político*, aborda a relação de poder, dominação e controle, majoritariamente exercida pelo Estado, sobre a terra:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. (Haesbaert, 2005, p.91)

O mesmo autor avança na discussão sobre território subdividindo-o: sendo o poder simbólico relacionado a apropriação imaginária ou a identidade social sobre a terra, em um sentido mais abstrato ou subjetivo, de valor, afetivo, o território é a junção entre funcionalidade e simbologia. Os dois sentidos atribuídos a ele não subsistem separadamente. Essa parcela do que se compreende como território, é denominado por Haesbaert como *simbólico-cultural*:

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural; aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Em âmbito econômico, Haesbaert considera as relações conturbadas entre as classes refletindo sobre a posse e função da terra, as quais resultam em um território demarcado pelo trabalho:

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Dando continuidade ao tema, Haesbaert admite a existência de uma multiterritorialidade, sintetizada como territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de



exclusão. Sob cada uma dessas subdivisões prevalece uma lógica: no primeiro, é a lógica política, no segundo, a lógica econômica e, no terceiro, uma lógica de exclusão sócio-econômica. Demonstrando, dessa forma, que há aspectos além do poder do Estado sobre o território, reconhecendo a interferência humana e social como influente no espaço, tal qual as relações capital-trabalho na logística econômica.

Padis (1981) analisa a base econômica do norte paranaense até a década de 1960, destacando sua principal influência, a “Cultura do Café”, as atividades de lavoura da região e sua estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades:

É evidente que os fenômenos de natureza econômica assumem no caso importância considerável, pois, como se sabe, a ocupação da parte norte do território paranaense tem uma história em grande parte comum à da evolução da cafeicultura (...) Não está fora de propósito, portanto, buscar em uma combinação dos fatores fisiográficos com a atividade econômica cafeeira, a chave para a delimitação do que se convencionou chamar do “norte do Paraná”, assim como, a explicação da rapidez com que se deu a ocupação dessa parte do território nacional. (PADIS, 1981, p. 84)

O mesmo autor aborda que o loteamento das terras e sua distribuição (1981, p. 106) “[...] condicionaram, evidentemente, o tipo de economia da região” e que exigia “[...] um volume de capital relativamente modesto” fatores que, segundo ele, desenvolvem uma economia agrícola no Norte do Paraná, mas de maneira seletiva quanto aos proprietários de terras.

O destaque da produção é, entre 1964 a 1968, o setor primário: algodão, feijão, milho, arroz, cana de açúcar, amendoim e rami. As lavouras equivaliam, na época, a 87% das produções, considerando todas as lavouras da região e desconsiderando o café. O algodão advindo do norte paranaense correspondia aproximadamente a 98% da produção total do Estado, entretanto, os fins das produções não eram somente para abastecer a indústria têxtil regional ou para exportação, já que sua finalidade principal era a retirada do caroço, para produção de óleo:

Com efeito, em várias cidades do chamado Norte Velho (Cambará, Andirá, Bandeirantes etc.), podem ser encontradas grandes empresas que procedem ao primeiro beneficiamento do algodão, extraindo-lhe o óleo e remetendo-o para São Paulo, para o seu beneficiamento final. (PADIS, 1981, p. 107).

A produção de milho do norte do Paraná corresponde a mais da metade da produção total do Estado, cerca de 51%. O feijão foi ainda mais expressivo, representando quase 62%, entre 1964/68, atendendo ao mercado local e de subsistência, majoritariamente, sendo o excedente da safra comercializado em São Paulo. No referido quinquênio, e no recorte norte paranaense, o arroz representava 71% da produção geral do Estado. Vale ressaltar, ainda, que as plantações se desenvolviam intrínsecas a cultura cafeeira:



Ainda quanto às plantações de milho, feijão e arroz, há que ressaltar uma importante característica de sua realização nessa parte do Estado, pois a expansão do seu plantio esteve sempre vinculada ao incremento da cafeicultura, visto que suas culturas se desenvolveram, basicamente, como intercalares do café. Essas lavouras ligam-se “historicamente” ao processo de formação de capital nas plantações de café [...] e realmente conduz a economia paranaense, responsável que é, através do efeito multiplicador, por várias atividades do setor secundário – indústrias alimentícias – bem como por várias do setor terciário notadamente, armazenamento e transportes. (PADIS, 1981, p. 108-111).

Ainda, Padis (1981) fala sobre as condições que possibilitaram que o café se desenvolvesse na região, mas considera que as geadas dificultaram o processo:

Como se sabe, a cultura do café exige uma combinação conveniente de solos e climas. Se os solos do norte paranaense em grande parte constituído de terras roxas, de excelente qualidade não ofereciam barreiras ao cultivo do café, o mesmo não se dava com o clima nem sempre favorável. (PADIS, 1981, p.84)

Destaca-se também a cana-de-açúcar, significando, no período, 86% do valor total da região. Porém, Padis (1981) ressalta que essa produção tem “poucas perspectivas” no Paraná. Além dela, há o rami, equivalente a 95% da produção do Estado. Na época, o amendoim correspondia a 85% do total do Estado. A pecuária, por sua vez, avançava principalmente no noroeste do Estado, responsáveis por metade dos rebanhos do Paraná.

Na Região Imediata de Cornélio Procópio - Bandeirantes, entre 2000 até 2020, a quantidade produzida de cana-de-açúcar permanece em posição relevante, além das lavouras de milho, centeio, erva-mate, borracha e cana para forragem, mas há uma defasagem de informações a partir de 2010 (o Sidra não disponibiliza os dados, tornando inviável uma análise comparativa ou mais profunda). Essa composição sobre a ocupação da terra e produção histórica nos municípios da RICPB recai sobre a condição de vida da população regional, sobremaneira quando se observa os índices de pobreza e, de modo geral, de qualidade de vida, que podem ser mensurados pelos dados do Programa Bolsa Família (PBF) como se verificará na sequência.

FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO E BOLSA FAMILIA REGIAO IMEDIATA DE CÔRNELIO PROCÓPIO - BANDEIRANTES

Das famílias inscritas no Cadastro Único, o município de Santo Antônio do Paraíso, atualmente, detém o menor número de habitantes e a maior porcentagem de beneficiários (quase 30% da população estimada, de 2.032 habitantes, está inscrita). Dos dezoito municípios, onze ultrapassam 20% de famílias inscritas no Cadastro Único, com destaque a

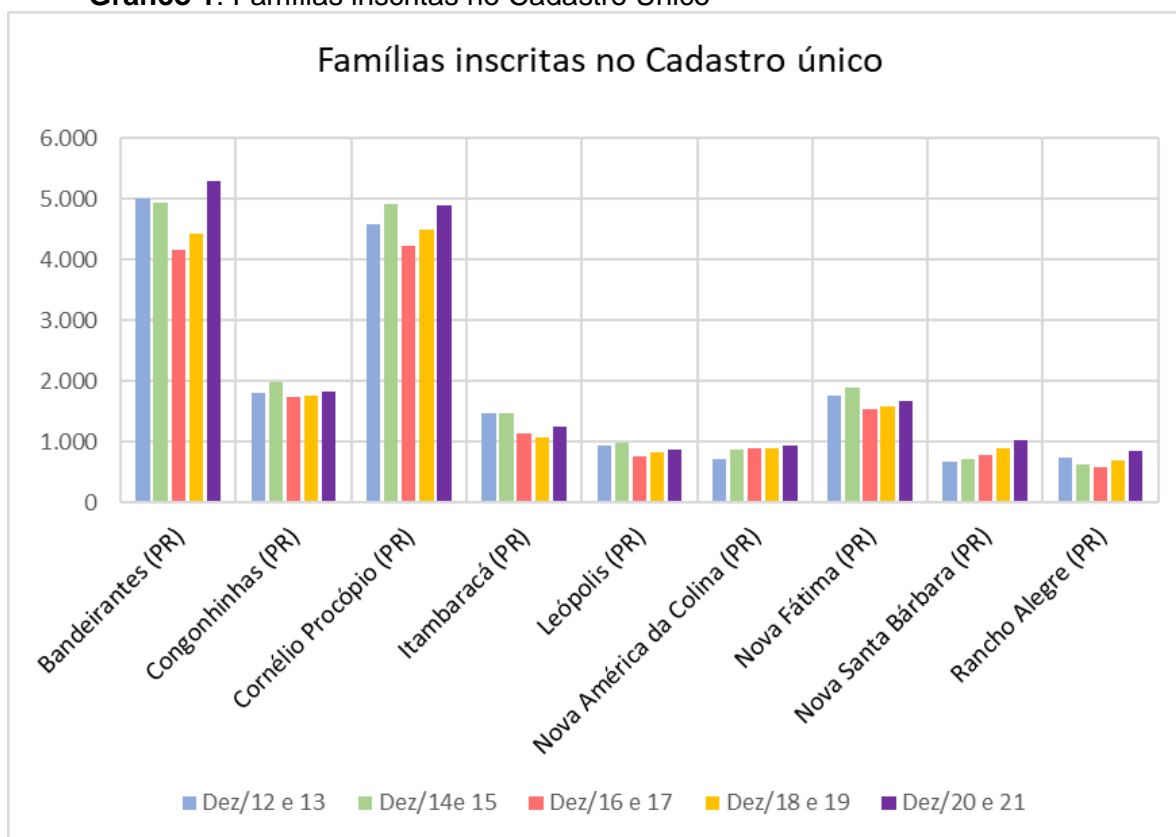


Nova América da Colina, que apesar de pequena (pouco mais de 3.400 habitantes), 27,6% da população faz uso do programa.

No gráfico 1 e 2, nota-se um aumento no número de beneficiários (de 2012 até 2021) nos municípios de Bandeirantes, Cornélio, Nova América da Colina, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Mariana, São Sebastião da Amoreira, Sapopema e Sertaneja. Cornélio Procópio é o maior município em número de habitantes, todavia, 10,3% da população atualmente está inscrita no PBF.

Os gráficos da gráficos 1 e 2 são dados sobre as famílias inscritas no Cadastro Único, os municípios foram divididos em dois gráficos para facilitar a leitura das informações, ampliando o espaço das informações dos gráficos.

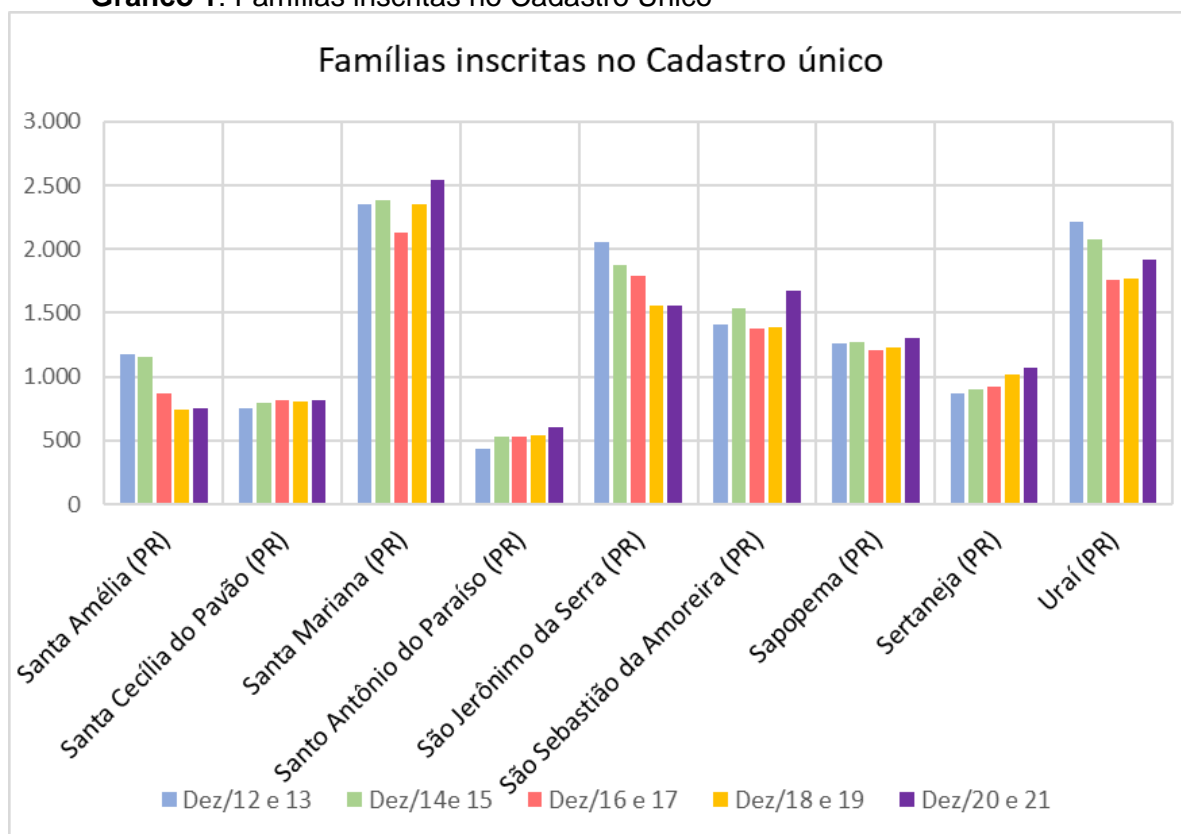
Gráfico 1: Famílias inscritas no Cadastro Único



Fonte:SIDRA-DATASUS (2022)



Gráfico 1: Famílias inscritas no Cadastro Único



Fonte: SIDRA-DATASUS (2022)

Já os gráficos 3 e 4 versam sobre a quantidade de famílias que se beneficiam do programa Bolsa Família na Região Imediata de Cornélio Procópio – Bandeirantes, sendo que os dois municípios são os maiores aglomerados populacionais analisados neste estudo, e evidenciam altos índices de pobreza, e grandes demandas dos mesmos pelo programa.

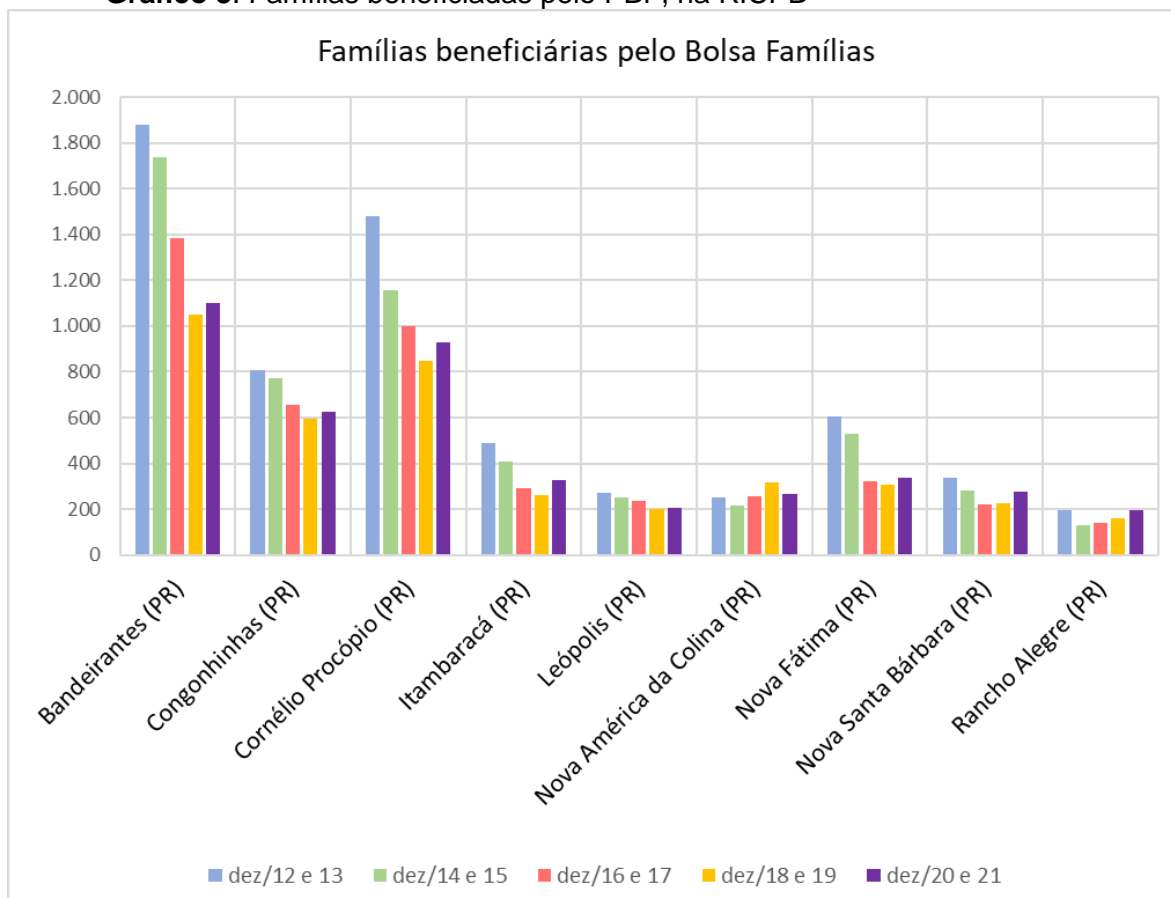
É possível observar em Bandeirantes e Cornélio Procópio, entre 2012 e 2013, mais de 1.400 famílias contempladas e, apesar da queda acentuada até 2019, há uma nova onda de procura para beneficiar-se do programa de proteção social nos anos do auge da pandemia Covid-19 (2020 e 2021).

Congonhinhas, Itambaracá, Nova América da Colina e Santa Amélia são municípios cuja população não chega a 10 mil habitantes, mas a porcentagem de beneficiários do bolsa família ultrapassa os 7%. No ápice (2012/2013), o município de Congonhinhas auxiliava quase 10% da população com o PBF. O número de residentes em Nova Santa Bárbara e Leopólis é



menor que 5 mil, porém, a porcentagem de pessoas usufruindo do programa em sua gênese era de 8,7% e 6,6%, em seu auge.

Gráfico 3: Famílias beneficiadas pelo PBF, na RICPB



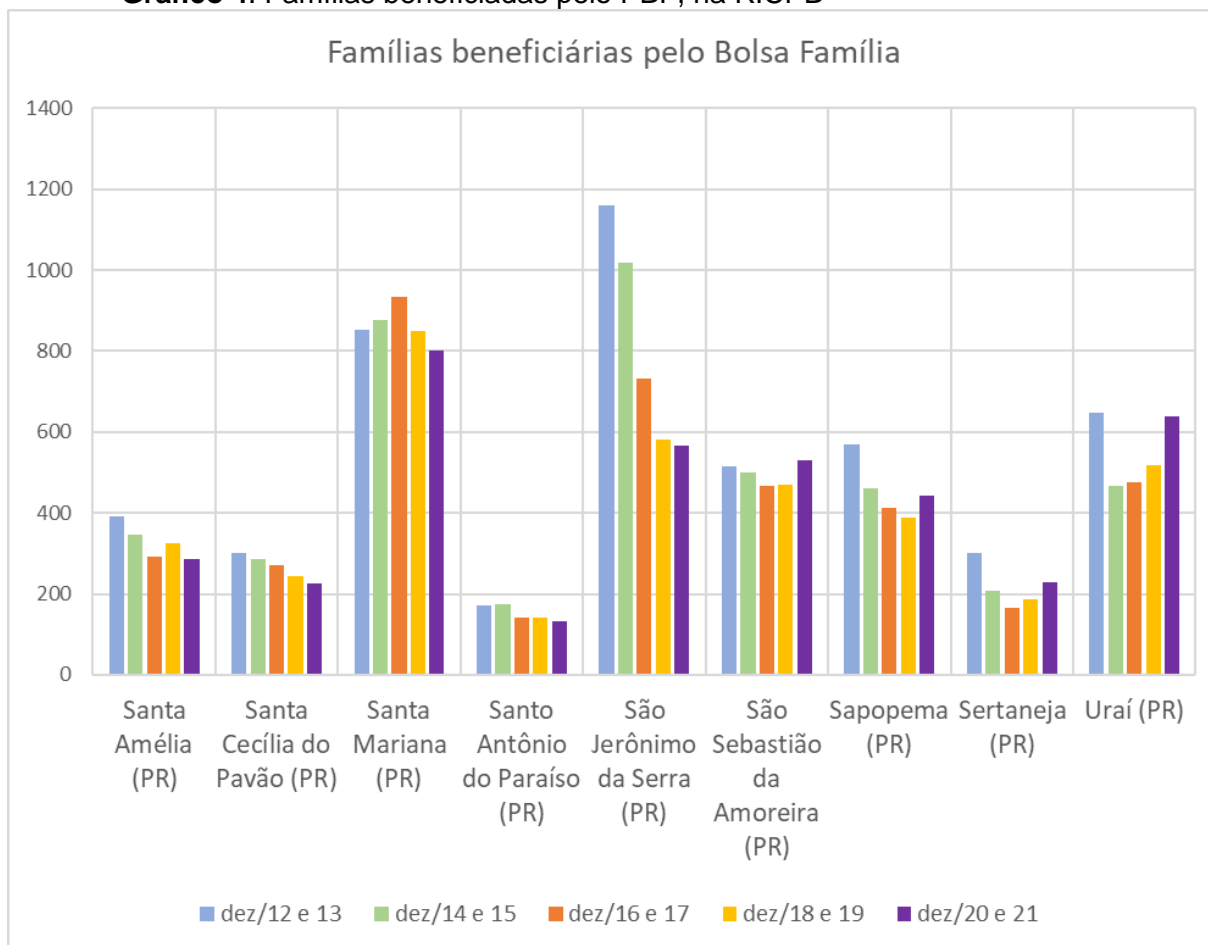
Fonte: SIDRA-DATASUS (2022)

No gráfico 4, observa-se a oscilação em Santa Mariana, município em que o apogeu foi alcançado entre 2016/2017, e terceiro maior no quesito populacional, equivale, hoje, a 7% da população que recorre ao programa. Além de Santa Amélia, a porcentagem de beneficiários em São Jerônimo da Serra (entre 2012/2013) foi maior que 10%, neste último, nota-se uma queda brusca (quase metade), representando atualmente 5,1%.

O menor município, Santo Antônio do Paraíso, oscila pouco, nos primeiros anos que se tem registro dos beneficiários, representava 7,1%, e atualmente representa 6,6%. A porcentagem do município de Uraí, que no início era 5,7%, decaiu para pouco menos de 600 famílias entre 2014 e 2019, mas volta a 5,7% entre 2020 e 2021.



Gráfico 4: Famílias beneficiadas pelo PBF, na RICPB



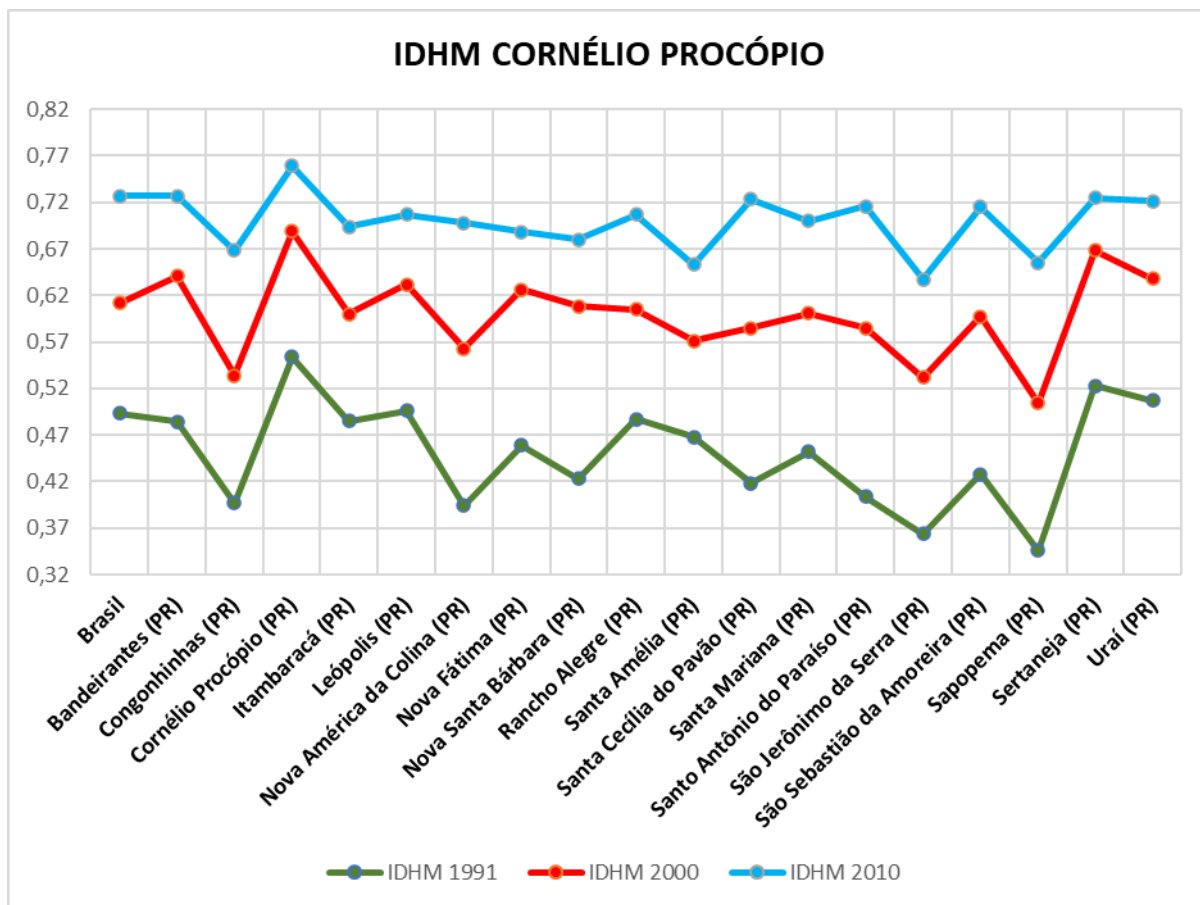
Fonte: SIDRA-DATASUS (2022)

No que concerne aos índices de desenvolvimento humano registrados nestes municípios, Congonhinhas, Itambaracá, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Santa Amélia, São Jerônimo da Serra e Sapopema são os municípios da Região Imediata de Cornélio Procópio - Bandeirantes com IDH inferior a 7 (atualmente). Na década de 1990, o IDH de Sapopema foi o menor (0,346), sendo o de Cornélio Procópio o maior (0,554).

De acordo com o último censo (feito em 2010), Cornélio Procópio continua na posição de município com maior IDHM (0,759), e São Jerônimo da Serra representa o menor (0,637). O IDHM é analisado de 10 em 10 anos, como demonstra o gráfico 5, obedecendo aos censos de 1911, 2000 e 2010.



Gráfico 5: IDHM da RICPB – Censos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: SIDRA (2022)

Ao se analisar mais profundamente o gráfico 5, percebe-se que municípios como Congonhinhas, São Jerônimo da Serra e Sapopema não conseguiram alcançar o mesmo desempenho de ampliação do IDHM a exemplo dos demais municípios da RICPB, significando que as políticas públicas, sobretudo as conquistadas entre os anos de 2002 e 2012 não foram suficientes para que eles tenham tido o mesmo êxito da maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo está longe de traçar um diagnóstico profundo da realidade geosocioeconômica da Região Imediata de Cornélio Procópio - Bandeirantes, pelo contrário, abre muitas perspectivas de futuras análises a partir de outros dados de domínio público. Porém, o objetivo do mesmo buscava traçar uma leitura geosocioeconômica que partisse da gênese da ocupação, sobretudo passando pelo advento do café como marco da territorialidade e fixação humano-econômica-regional e, com sua quase extinção a partir da substituição pelas commodities de soja, milho e trigo, que foram responsáveis pelo empobrecimento regional.



REFERÊNCIAS

- CARRERI, M. L. O **“Norte Pioneiro” do Paraná**: região, modernização e dominação. In: ANPUH-Brasil-31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro/RJ, 2021.
- CARVALHO, M. S.; FRESCA, T. M. **Geografia e Norte do Paraná**, v. I. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- FRAGA, N. C. **Geografias de tempos de dominação e barbárie**: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: Flamarion Duarte Alves, Sandra de Castro de Azevedo, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Ana Rute do Vale. (Org.). *A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea*. 1ªed. Alfenas, MG: Editora da Universidade Federal de Alfenas, 2019, v. 1, p. 84-114.
- FRAGA, N. C. **Territórios Paranaenses**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011.
- FRAGA, N. C. **Territórios e Fronteiras**: (Re)arranjos e Perspectivas. 2ª. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017.
- FRAGA, N. C. **Território e Silêncio**: contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). *Territórios e Fronteiras: (Re)arranjos e Perspectivas*. 2ªed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017, p. 73-90.
- FRAGA, N. C. **Território, Região, Poder e Rede**: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. VIII, p. 9-32, 2007.
- FRAGA, N. C.; KLUEGER, U. A. **Formação territorial paranaense**: uma análise espacial e temporal. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). *Territórios Paranaenses*. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011, p. 283-302.
- FRAGA, N. C. **Ocupação Formação e Desenvolvimento do Estado do Paraná - contribuições geográficas**. In: Universidade Livre do Meio Ambiente - UNILIVRE. (Org.). *História e Geografia do Paraná: textos e metodologias de mapas e maquetes*. Curitiba, PR: Unilivre, 2002, v. 1, p. 45-81.
- FRAGA, N. C. **O Estudo do Meio e a Compreensão da Realidade no Espaço Geográfico e Histórico**. In: Universidade Livre do Meio Ambiente - UNILIVRE. (Org.). *História e Geografia do Paraná: textos e metodologias de mapas e maquetes*. Curitiba, PR: Unilivre, 2002, v. 1, p. 109-115.
- FRAGA, N. C. **Geografia do Paraná**: formação sócio-espacial, uma leitura do processo. In: Universidade Livre do Meio Ambiente - UNILIVRE. (Org.). *Mapas & Maquetes: elementos históricos e geográficos do Paraná*. Curitiba, PR: Unilivre, 2002, v. 1, p. 41-73.
- HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002.
- IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.
- IBGE Sidra**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2022.



SAGI, RI Bolsa Família e Cadastro Único. Disponível em:
<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=153>>.
Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

LIMA, D. C. Cornélio Procópio: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, 24 (Coleção de monografias, n. 502) Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n502_cornelioprocopio.pdf> Acesso em: 15 de março de 2022

MONTEIRO, K. M. Caio Prado Júnior e o sentido da colonização. Formação Econômica, Campinas, 2001. Disponível em:
<<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/900/05-Krishna.pdf>>. Acesso em 15 de março de 2022.

PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PM BANDEIRAS. **História do Município**. Disponível em:
<<https://bandeirantes.pr.gov.br/cidade>>. Acesso em 03/04/2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942.

PRADO JÚNIOR, Caio (1953). História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, A. P. P.; GAVRILOFF, A. C. M.; FRAGA, N. C. Entre a teoria e a realidade: o conceito de território e territorialidade e sua aplicação no planejamento urbano - uma breve análise de aproximação. In: VI Simpósio de Geografia - travessia da crise: diálogos e perspectivas, 2011, União da Vitória, PR. **Anais do VISG**. União da Vitória, PR: Ed. da FAFIUV, 2011. v. 1. p. 1-15.

SIMAS, F. A. O.; LUDKA, V. M.; FRAGA, N. C. **Território(s) e desenvolvimento regional**: arranjos e perspectivas na relação entre pequenas e médias cidades. In: Nilson Cesar Fraga. (Org.). Territórios e Fronteiras: (Re)arranjos e Perspectivas. 2ª ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017, p. 327-344.

TANNO, J. L. Patrimônio documental do “Norte Pioneiro” do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios. Florianópolis, 2015. Disponível em:
<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434320504_ARQUIVO_JaneteTannoANPUH2015.pdf> Acesso em: 15 de março de 2022.

TOMAZI, N. D. **“Norte do Paraná”**. História e fantasmagorias. Tese de doutorado (História). UFPR, 1997. Disponível em:
<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31883/T%20-%20NELSON%20DACIO%20TOMAZI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 de março de 2022.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 9ª edição, Curitiba: Imprensa oficial do Paraná, 2001.